

**RELATÓRIO DA CONTOLADORIA INTERNA
PRESTAÇÃO DE CONTAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017**

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE LAGOA FORMOSA (MG)**

Índice

1. Apresentação
2. Introdução
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias
4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária
5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira
6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial
7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito
8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar
9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal
10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.
11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.
12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.
14. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante.
15. Conclusão

1-Apresentação

Nos termos do artigo 74 da constituição federal, artigo 59 da lei complementar nº 101/00, artigo 63 a 66 da lei complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto na instrução normativa de 09/2005 do TCE/MG, e ao artigo 1º da lei municipal nº 692 de 20/12/2001, combinados com os artigos 75 a 80 da lei nº 4.320/64 apresentamos o Relatório de prestação de contas da controladoria interna referente ao exercício de 2017.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2017 deixou evidenciado, mais uma vez, a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela lei de responsabilidade fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transferência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos, durante o ano de 2017, aperfeiçoarmos a prestação de serviços internas e externas, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e, dessa forma, também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo toda a legislação rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saídas efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas, correlacionamos à eficácia, a eficiência e efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- A meta atingida foi à meta proposta?
- Não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- A ação alcançou, de fato, os anseios da população?

O LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso município. Ao elaborar a LDO, selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, àqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Dessa forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas definidas na LDO, na lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4320/64, na LRF e demais legislações.

3.1 Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresentamos, a seguir, a avaliação do PPA, a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO. Destacamos aqui as despesas mais relevantes que foram concretizadas.

AÇÕES/METAS PREVISTAS	Valor	População
NO PPA E NA LDO	R\$	Atendida
Equipamentos e materiais permanentes	550.000,00	17161
maquinas	100.000,00	17161
Veículos	104.000,00	17161

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da administração direta e indireta.

4. Avaliação dos resultados à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do município para o exercício financeiro de 2017 foi elaborada conforme disposições na lei nº 1.153/2016 publicada no dia 13/12/2016.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no município e as providencias para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita dos últimos 3 (três) anos, verificada através de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do numero de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente;

A fixação das despesas para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 3 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e as prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;

- A receita estimada;
- A legislação vigente;

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 50.067.163,20 e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

LEI ORÇAMENTÁRIA			
exercício 2017			
Receita prevista p/ categoria	Valor R\$	Despesa fixada p/ categoria	Valor R\$
Receitas Correntes	45.676.152,00	Despesas Correntes	44.720.678,46
Receitas Capital	6.874.848,00	Despesas Capital	9.959.321,54
Deduções p/ FUNDEB	2.550.000,00	Reserva de Contingência	421.000,00
		superavit	
Total	55.101.000,00	Total	55.101.000,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da administração direta e indireta.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na lei nº 8666/93, LRF e demais legislação pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo do art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira, cronograma mensal de desembolso e metas bimestrais de arrecadação, como o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Dessa forma, e de maneira bem simples, atendemos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e garantir o equilíbrio das contas do município.

A programação financeira constitui em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saída de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2017.

Nesses aspectos, a programação financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas indicações oriundas da proposta orçamentária aprovada em 2016;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas e estimadas;
- Na experiência e no bom senso;

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de desembolso mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, parcelamentos de dívidas, convênios e contratos;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada em 2017;
- Informações do setor de pessoal;

- Informações oriundas de receitas vinculadas e estimadas;
- Informações sobre a programação mensal de suas despesas;
- Indicações da reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara, fundos especiais, fundações e autarquias;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercício anteriores;
- Experiência e bom senso;

Depois de elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuam a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em um determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo ano realizamos o acompanhamento da receita e da despesa visando garantir o equilíbrio das cotas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do balanço orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar, de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Balanço Orçamentário			
Exercício 2017			
Títulos	Previsão (R\$)	Execução (R\$)	Diferença (R\$)
Receitas Correntes	45.676.152,00	46.369.556,86	693.404,86
Receitas Capital	6.874.848,00	5.060.451,32	-1.814.396,68
Rec. intraorçamentaria	2.550.000,00	3.427.489,01	877.489,01
Soma	55.101.000,00	54.857.497,19	-243.502,81
Déficit	0,00		0,00
Total	55.101.000,00	54.857.497,19	-243.502,81

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da administração direta e indireta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 55.101.000,00 (cinquenta e cinco milhões cento e um mil reais), e a efetivamente arrecadada totalizou o montante R\$ 54.857.497,19 (cinquenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos noventa e sete reais e dezenove centavos).

4.4 Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da lei n 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$23.756.763,45(vinte e três milhões setecentos e cinquenta e seis mil setecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos), sendo que destes R\$ 3.882.865,75 pelo superávit e R\$ 19.873.897,70 por anulação.

4.4.2. Créditos especiais

Os créditos especiais totalizaram R\$ 60.000,00

4.4.3 Créditos extraordinários

(não houve créditos extraordinários no exercício de 2017)

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promovemos aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

Comparativo da receita arrecadada Exercícios de 2015 a 2017								
Exercícios	2015		2016			2017		
Especificações	Arrecadação R\$	AV (%)	Arrecadação R\$	AH (%)	AV (%)	Arrecadação R\$	AH (%)	AV (%)
Rec. Correntes	39.730.749,77	92,74	56.757.793,10	42,856	94,3779	46.369.556,86	-0,183	90,16
Rec.de capital	3.108.138,08	7,255	3.381.085,10	8,7817	5,62213	5.060.451,32	0,4967	9,839
Total	42.838.887,85	100	60.138.878,20	40,384	100	51.430.008,18	-0,145	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da administração direta e indireta.

Constatamos que as receitas correntes participam com 90,16%(noventa vírgula dezesseis por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital o percentual de 9,84% (nove virgula oitenta e quatro por cento).

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaboramos também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Comparativo da despesa liquidada exercícios de 2015 a 2017								
Exercícios	2015		2016			2017		
Especificações	Arrecadação R\$	AV (%)	Arrecadação R\$	AH (%)	AV (%)	Arrecadação R\$	AH (%)	AV (%)
Desp.corente	35.610.075,86	89,61	42.320.551,46	18,84432	83,89	45.923.042,84	8,5124	90,46
Desp.de capital	4.127.423,70	10,39	8.127.145,01	96,906	16,11	4.844.014,99	-40,397	9,54
Total	39.737.499,56	100	50.447.696,47		100	50.767.057,83		100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da administração direta e indireta.

Diante do demonstrado, podemos constatar que os gastos na categoria econômicos despesa de capital aumentaram no exercício de 2017 em relação aos exercícios anteriores. As despesas correntes representaram 90,46%(noventa virgula quarenta e seis por cento) do total das despesas orçamentárias, cabendo às despesas de capital 9,54% (nove virgula cinquenta e quatro por cento).

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2017 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O balanço financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Balanço Financeiro exercício de 2017			
Ingressos (R\$)		Dispêndios (R\$)	
Orçamentários e intra.	54.857.497,19	Orçamentários e intra.	54.752.898,69
Extra-orçamentários	10.724.947,22	Extra-orçamentários	7.427.763,43
Transferencias Financeiras Rec	1.796.000,00	Transferencias Financeiras Concedidas	1.796.000,00
Disponível no período anterior	11.494.897,60	Disponível no período seguinte	14.896.679,89
Total	78.873.342,01	Total	78.873.342,01

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da administração direta e indireta.

Procedimentos adotados em relação à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados se mantiveram na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte;
- Os recebimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- Foram feitas retenções de imposto de renda, quando necessário, as quais foram apropriadas pela prefeitura como receita orçamentária;

As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:

- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Itaú

- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas;
- A movimentação em bancos não oficiais motivou-se pelo seguinte:

O município trabalha com contas correntes mantidas junto às seguintes instituições financeiras: Banco Itaú S/A, Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal.

Ressaltamos que o Banco Itaú S/A não possuem agências na base territorial do município de Lagoa Formosa, estando as mais próximas situadas no município de Patos de Minas.

Com relação ao Banco Itaú S/A, vale comentar que as contas correntes foram abertas ara receber os repasses de ICMS, IPI e IPVA e convênios diversos com o Estado de Minas Gerais, pois o mesmo sucedeu ao BEMGE S/A. Por força do contrato de privatização, os recursos continuaram a ser repassados pelo Governo do Estado através daquele Banco.

Apresentamos a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

Programação Financeira Bimestral		
Bimestre	Receita prevista (R\$)	Receita arrecadada (R\$)
1º	8.530.000,00	8.972.062,96
2º	8.530.000,00	7.603.396,81
3º	9.500.000,00	9.113.388,90
4º	9.000.000,00	8.716.628,91
5º	9.500.000,00	10.439.316,11
6º	10.041.000,00	10.012.753,50
Total	55.101.000,00	54.857.497,19

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Cronograma mensal de Desembolso		
Exercício 2016		
MES	Despesa prevista R\$	Despesa Realizada
Janeiro	4.591.750,00	4.230.588,15
Fevereiro	4.591.750,00	4.230.588,15
Março	4.591.750,00	4.230.588,15
Abril	4.591.750,00	4.230.588,15
Mai	4.591.750,00	4.230.588,15
Junho	4.591.750,00	4.230.588,15
Julho	4.591.750,00	4.230.588,15
Agosto	4.591.750,00	4.230.588,15
Setembro	4.591.750,00	4.230.588,15
Outubro	4.591.750,00	4.230.588,16
Novembro	4.591.750,00	4.230.588,16
Dezembro	4.591.750,00	4.230.588,16
TOTAL	55.101.000,00	50.767.057,83

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2016 e 2017:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Comparativo do Balanço Patrimonial					
Ativo			Passivo		
Títulos	2016(R\$)	2017(R\$)	Títulos	2016(R\$)	2017(R\$)
Ativo	12.089.525,59	15.595.192,48	passivo circulante	1.323.997,91	1.728.411,23
Ativo não circulante	23.172.772,79	25.485.192,09	Passivo não circulante	44.709.933,42	102.103.309,87
Total	35.262.298,38	41.080.384,57	Total do passivo real	46.033.931,33	103.831.721,10
			Patrimonio liquido	-10.771.632,95	-62.751.336,53
			compensado	0,00	
Total	35.262.298,38	41.080.384,57	Total	35.262.298,38	41.080.384,57

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Circulante

- Caixa - não consta valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12.
- Devedores Diversos - os saldos de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo não Circulante

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatamos que está sendo mantido, de forma organizada, o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.
- Almoxarifado - o saldo dos bens em Almoxarifado confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12 (ou declaração do Setor de Almoxarifado). Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do(s) almoxarifado(s) estão em bom estado de conservação, podendo nela(s) serem armazenados os estoques.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatamos que existe sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.
- Ações - o saldo das Ações confere com as declarações (ou com o valor publicado nos jornais).

Passivo Circulante

- Restos a pagar de 2017 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo não circulante

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é a diferença entre a soma do Ativo e a soma do Passivo .

Em 2017, apurou-se um Patrimônio Líquido de R\$ 62.751.336,53(sessenta e dois milhões setecentos e cinqüenta e um mil trezentos e trinta e seis reais e cinqüenta e três centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Demonstrações das variações patrimoniais exercício de 2017			
Variações ativas	Valor (R\$)	Variações passivas	Valor (R\$)
Impostos, taxas e contribuição melhoria	4.243.193,84	Pessoal e encargos	21.758.320,34
Contribuições	2.091.646,85	Benefícios Previdenciários e assist.	5.384.721,78
Exploração e venda de bens, serv. direitos	4.239.636,34	Uso de bens, serv e capital fixo	14.677.267,76
Variações Patrim. Aument. Financeiras	1.829.320,67	Variações patrimoniais diminutivas finan.	115.635,93
Transf. E delegações recebidas	39.601.536,55	Transf. E delegações concedidas	426.609,55
Val. e ganhos ativos e desincorporação passivos	898,82	Desvalorização e perda ativos e incorp.	0,00
Outras variações patrimoniais aumentativas	11.108.664,92	Tributárias	55.269,37
		Custo de mercadorias e produtos vend.	0,00
		Outras variações patrimoniais diminutivas	73.070.403,17
Variações Patrimoniais Aumentativas	63.114.897,99	Variações Patrimoniais Diminutivas	115.488.227,90
Déficit	52.373.329,91	superavit	
Total geral	115.488.227,90	Total geral	115.488.227,90

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações, 4490.61 – Aquisição de Imóveis e 4590.61 – Aquisição de Imóveis;

O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado.

Mutações Patrimoniais - Passivas

- O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada - Receita da Dívida Ativa;
- O total de bens móveis desincorporados por alienação confere com o total da receita arrecadada – Alienação de Bens Móveis;
- O total de bens imóveis desincorporados por alienação confere com o total da receita arrecadada – Alienação de Bens Imóveis;
- O total da baixa por alienação de ações confere com a receita arrecadada - Alienação de Títulos Mobiliários;

- O total da inscrição da Dívida Fundada Interna referente aos contratos de Empréstimos e Financiamentos confere com o total da receita arrecadada – Operações de Crédito Interna.
- O total da baixa dos empréstimos concedidos confere com a receita arrecadada.

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado.

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados;
- O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado;
- O valor da inscrição da Dívida Fundada contratada no exercício confere com o contrato;
- O valor da atualização da Dívida Fundada confere com a declaração/certidão da entidade credora.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2017 apurou-se um superávit de R\$ 52.373.329,91 (cinquenta e dois milhões trezentos e setenta e três mil trezentos e vinte nove reais e noventa e um centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Declaração da dívida fundada interna					
exercício de 2017					
Títulos	saldo anterior	Amortizações	Inscrições	Cancelamento	Saldo atual
Obrigações Previdenciárias	2.035.299,76	630.392,50	0,00	0,00	1.404.907,26
Emprest. Financ. longo pz.	314.322,71	221.875,08	0,00	0,00	92.447,63
Total geral	2.349.622,47	852.267,58	0,00	0,00	1.497.354,89

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, inclusive as dívidas entre entidades da mesma esfera governamental.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- Os parcelamentos de débito com INSS, FGTS, PASEP e outros, contraídos no exercício conferem com o valor da emissão da dívida apresentado na Demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Demonstração da Dívida Flutuante						
Exercício de 2017						
Títulos	Saldo anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo final
Restos a pagar	2.675.297,63	4.978.321,12	0,00	1.892.104,91	424.145,25	5.337.368,59
Depósitos	330.476,94	5.529.603,57	0,00	5.300.115,20	898,82	559.066,49
Outros depósitos	43.004,75	205.009,14	0,00	204.909,14	0,00	43.104,75
Total geral	3.048.779,32	10.712.933,83	0,00	7.397.129,25	425.044,07	5.939.539,83

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Demonstração dos devedores diversos						
2017						
Títulos	Saldo anterior	inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo final
Devedores diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2017 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.7. Análise do Equilíbrio das Contas Públicas

Índice de Pronta Liquidez			
Titulos	2015	2016	2017
Disponível em caixa e Bancos	10.755.472,44	12.089.525,59	11.494.897,30
Passivo Financeiro	3.893.836,71	2.097.770,36	4.545.063,82
Índice de pronta liquidez (A/B)	2,76	5,76	2,53

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R\$1,00** de dívida em curto prazo de 2017 a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuem disponível em Caixa e Bancos **R\$ 2,53**.

Índice de Liquidez imediata			
Titulos	2015	2016	2017
Ativo financeiro	10.788.810,47	11.609.148,57	15.098.500,25
Passivo Financeiro	3.893.836,71	2.097.770,36	4.545.063,82
Índice liquidez imediata (A/B)	2,77	5,53	3,32

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro de 2017, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuem disponível **R\$3,32**.

Índice de Liquidez Real			
Titulos	2015	2016	2017
ativo	26.699.142,06	35.262.298,38	41.080.384,57
Passivo	43.969.602,84	46.033.931,33	102.627.207,09
Índice de Liquidez Real (A/B)	0,61	0,77	0,40

** Indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2017, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuem de **R\$ 0,40** de ativo.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

* Não foram realizadas operações de crédito no exercício de 2017.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 4.978.321,12 (quatro milhões novecentos e setenta e oito mil trezentos e vinte e um reais e doze centavos).

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Despesa total com o pessoal exercício 2017	
Títulos	2017
Receita corrente líquida (A)	45.122.736,54
Gastos com o pessoal do município (B)	23.384.632,45
Percentual aplicado pelo município (B/A)	51,82%
Gastos com o pessoal do poder executivo (C)	22.288.813,48
Percentual aplicado pelo poder executivo (C/A)	49,396%
Gastos com o pessoal do poder legislativo (D)	1.095.818,97
Percentual aplicado pelo poder legislativo (D/A)	2,429%

Nota: Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstramos no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município desde 1999, onde fica evidenciado o cumprimento da norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

10.1. Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental

Apuração do ensino infantil e fundamental exercício de 2017	
Títulos	Valor (R\$)
Receita de impostos, transferências constitucionais, multas e juros de mora dos impostos e recita da dívida ativa dos impostos (A)	31.558.052,83
Gastos com o ensino infantil e fundamental (B)	8.596.380,57
Percentual aplicado no ensino infantil e fundamental (B/A) *100%	27,24%
Gastos com o ensino fundamental (C)	2.349.556,40
Percentual aplicado no ensino fundamental (C/A) *25%	7,45%

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos mínimos destinados ao ensino, deverão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (1ª a 8ª séries). Conforme pode ser observado, o Município aplicou o limite mínimo estabelecido em lei.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Aplicação dos Recursos do FUNDEB exercício 2016	
Títulos	Valor (R\$)
Receitas recebidas no exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	5.485.674,06
Despesas empenhadas no exercício (B)	0,00
Despesas empenhadas no exercício c/a remuneração dos Prof. Magistério (C)	4.272.671,96
Percentual aplicado na remuneração dos profissionais do magistério (C/A)	77,89%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

10.3. Ensino Médio, Superior e Especial.

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil, mas atuou também no ensino médio e superior por estarem atendidas plenamente as necessidades de sua área de atuação e aplicados os recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal.

O Município concedeu subvenção à APAE e, durante o exercício de 2017, contudo os referidos gastos não entraram no cômputo dos recursos aplicados no ensino.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

Para facilitar o acompanhamento das aplicações nas ações e serviços de saúde, elaboramos uma planilha que demonstra os valores e os percentuais aplicados de 2014 a 2017.

Aplicações nas ações e serviços públicos de saúde exercício de 2014 a 2017				
Títulos	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)
Receita de impostos, transferências const., multas e juros de mora dos impostos e receita da dívida ativa dos imp. (A)	24.289.032,86	25.724.642,09	30.335.993,17	30.188.128,11
Gastos nas ações e serviços públicos de saúde (B) com recursos próprios	5.385.359,59	5.730.467,90	7.269.459,81	8.144.542,00
Percentual aplicado nas ações e serviços públicos de saúde (B/A)	22,17%	22,28%	23,96%	26,98%
Percentual mínimo a aplicar nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	15	15	15	15

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite mínimo a ser aplicado na saúde, com vigência a partir do exercício financeiro de 2000. A partir do exercício financeiro de 2000, os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

O Município desde exercício de 2000 vem aplicando nas ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo e manteve a aplicação acima deste índice no exercício de 2017, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Não houve alienação de ativos no exercício de 2017.

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

Respeitando o limite de 8% das receitas arrecadas (receita tributária, transferências Constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias do exercício anterior) foi repassado para a Câmara Municipal de Vereadores o valor de R\$ 1.482.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil reais), sendo que destes foram devolvidos no final do exercício o valor de R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais).

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/00. O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

14. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente a contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida fluante.

Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente a contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência exercício de 2017		
Total da dívida fluante (R\$)	Montante inscrito em restos a pagar de 2017, referentes às contribuições previdenciárias ao instituto próprio de previdencia (R\$)	Impacto em %
5.853.530,33	4.978.321,12	85,05%

15- Conclusão

A controladoria interna da Prefeitura Municipal de LAGOA FORMOSA-MG acompanhou as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais, administrativas e operacionais, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem às mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2016.

Trabalhamos de forma integrada junto a controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhamos de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que todas as recomendações e determinação expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluímos que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações

Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEF e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

De acordo com a nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura, Câmara, Fundos Especiais, Autarquias e Fundações em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Lagoa Formosa, 29 de março de 2018.

René Antônio Rodrigues de Lima
Controlador

João Martins de Paula

Prefeito Municipal

CPF 474.460.486-20

Assinatura: _____

José Wilson Amorim

Secretário Municipal de Administração e Governo

CPF 552.028.206-53

Assinatura: _____

Iraci Rodrigues Borges

Contador

CPF 395.087.736-34

Assinatura: _____